



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de Uberaba / 3ª Vara Cível da Comarca de Uberaba

Avenida Maranhão, 1580, Santa Maria, Uberaba - MG - CEP: 38050-470

PROCESSO Nº: 5019540-40.2023.8.13.0701

CLASSE: [CÍVEL] AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (64)

ASSUNTO: [Improbidade Administrativa]

AUTOR: Ministério Público - MPMG

RÉU/RÉ: LUIZ CARLOS FERNANDES SAAD e outros (2)

DECISÃO

Vistos etc.

Versam os autos sobre AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS em desfavor de LUIZ CARLOS FERNANDES SAAD, SEBASTIÃO LOURENÇO MARTINS e EDVALDO EVANGELISTA RIBEIRO, ambas as partes já devidamente qualificadas nos autos.

Informa o Ente Ministerial que foi constatado por meio dos autos do Inquérito Civil Público nº MPe 04.16.0701.0022010/2023-56 (fruto de desmembramento do ICP de nº 0701.21.000325-0) e do Procedimento Investigatório Criminal nº 0701.21.000235-1, que os requeridos, no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2020, no exercício das funções dos cargos públicos que ocupavam junto à Prefeitura Municipal de Uberaba, praticaram atos de improbidade administrativa, concorrendo dolosamente, para que (i) pessoas físicas (produtores rurais) utilizassem de bens (maquinário agrícola) do acervo patrimonial

do município de Uberaba, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie; (ii) se dispensasse indevidamente processos licitatórios; (iii) fossem ordenadas ou se permitisse a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento; (iv) se agisse ilicitamente na arrecadação de rendas e (v) se influísse para a aplicação irregular de verbas públicas, gerando dano ao erário do Município de Uberaba (art. 10, incisos II, VIII, IX, X e XI, da Lei nº 8.429/92).

Prossegue narrando que o inquérito civil público foi instaurado com o propósito de investigar o possível uso indevido, por servidores públicos municipais uberabenses, de maquinários agrícolas da Prefeitura Municipal de Uberaba.

Aponta que foi instaurado procedimento de investigação criminal (MPMG nº 0701.21.000.235-1) já finalizado e com denúncia criminal oferecida (autos nº 5014030-46.2023.8.13.0701 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Uberaba), com realização de interceptação telefônica, além de buscas e apreensão.

Alega que, segundo apurado, a Secretaria Municipal do Agronegócio de Uberaba dispõe de maquinário agrícola que se destina ao atendimento de pequenos proprietários rurais do município, sendo fixado pelo poder público municipal a contraprestação pecuniária, que foi estabelecida através de preço público, a ser pago pelo particular usuário do serviço disponibilizado (produtor rural). De um modo geral, o maquinário é utilizado no preparo da terra, antecedendo o plantio.

Acrescenta que a "denúncia" recebida pela 15ª Promotoria de Justiça deu conta de suposto desvio dos valores que eram pagos pelos produtores rurais, em razão do serviço executado com o maquinário público. Isso porque, o valor devido a título de contraprestação ao citado serviço prestado não estaria sendo depositado em favor do "Fundomaqui", conforme determina a legislação. Em verdade, os valores estariam sendo pagos diretamente aos servidores, sem o devido controle pela administração pública.

Ressalta que na gestão do então Secretário Municipal Luiz Carlos Fernandes Saad (ora requerido), no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2020, os valores recolhidos dos produtores rurais não foram regularmente depositados, em sua totalidade, em contas bancárias da administração pública municipal, impedindo o devido controle, seja pela Câmara de Vereadores, seja pelo Tribunal de Contas do Estado, seja pela sociedade ou mesmo pelos órgãos de controle interno da Prefeitura de Uberaba.

Salienta que no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2020, com o consumo do óleo diesel disponibilizado, permitia-se o uso dos tratores em propriedades rurais por um total de horas que, uma vez multiplicado pelos preços públicos correspondentes e vigentes na época, resultaria num total de arrecadação de R\$704.345,06 (setecentos e quatro mil, trezentos e quarenta e cinco reais e seis centavos).

Aduz que, apesar de toda a interpretação dada pelo Ministério Público aos elementos carreados, buscando admitir o máximo possível de comprovação de reversão dos valores arrecadados em favor do erário municipal, ainda resta um montante histórico de R\$284.445,27 (duzentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e vinte e sete centavos), correspondente ao período de janeiro de 2019 a dezembro de 2020, para o qual não há nenhum registro na contabilidade financeira da Administração Pública Municipal, tampouco existe qualquer demonstrativo de que foram revertidos, de fato, em favor do erário municipal.

Finaliza informando que quanto às graves irregularidades detectadas no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2020, geradoras de dano ao erário do Município de Uberaba no montante atualizado de R\$ 353.327,76 (trezentos e cinquenta e três mil, trezentos e vinte e sete reais e setenta e seis centavos), não se logrou sucesso na composição com os requeridos.

Foi realizado pedido de liminar a fim de determinar o bloqueio imediato dos bens dos requeridos até o limite do prejuízo suportado pelo Município de Uberaba, no importe atualizado e acrescido dos juros legais - até 17/05/2023 - de R\$ 474.693,37 (quatrocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e noventa e três reais e trinta e sete centavos), através dos sistemas SISBAJUD, RENAJUD e CNIB.

É O RELATÓRIO do necessário.

Decido.

Pois bem.

Preceitua o artigo 16 da LIA com as alterações promovidas pela Lei 14.230/21 que:

Art. 16. Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do

erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.

§ 1º-A O pedido de indisponibilidade de bens a que se refere o caput deste artigo poderá ser formulado independentemente da representação de que trata o art. 7º desta Lei.

§ 2º Quando for o caso, o pedido de indisponibilidade de bens a que se refere o caput deste artigo incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo indiciado no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

§ 3º O pedido de indisponibilidade de bens a que se refere o caput deste artigo apenas será deferido mediante a demonstração no caso concreto de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, desde que o juiz se convença da probabilidade da ocorrência dos atos descritos na petição inicial com fundamento nos respectivos elementos de instrução, após a oitiva do réu em 5 (cinco) dias.

§ 4º A indisponibilidade de bens poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu, sempre que o contraditório prévio puder comprovadamente frustrar a efetividade da medida ou houver outras circunstâncias que recomendem a proteção liminar, não podendo a urgência ser presumida.

(...)

§ 8º Aplica-se à indisponibilidade de bens regida por esta Lei, no que for cabível, o regime da tutela provisória de urgência da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

(...)

§ 10. A indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem exclusivamente o integral ressarcimento do dano ao erário, sem incidir sobre os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil ou sobre acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita.

§ 11. A ordem de indisponibilidade de bens deverá priorizar veículos de via terrestre, bens imóveis, bens móveis em geral, semoventes, navios e aeronaves, ações e quotas de sociedades simples e empresárias, pedras e metais preciosos e, apenas na inexistência desses, o bloqueio de contas bancárias, de forma a garantir a subsistência do acusado e a manutenção da atividade empresarial ao longo do processo.

(...)

Como disposto no §8º do artigo citado, sabe-se que o primeiro e indispensável pressuposto à antecipação da tutela consiste na probabilidade do direito, a qual, segundo a legislação pertinente, deve ser demonstrada através de prova plausível em torno do direito postulado.

A probabilidade do direito, apta ao convencimento do magistrado, é aquela que autoriza um pronunciamento favorável à parte requerente, se a sentença tivesse que ser proferida no momento em que se está examinando o pedido de antecipação de tutela, ou seja, é a plausibilidade traduzida no "fumus boni iuris".

Denota-se, assim, que a plausibilidade do direito, traduzida no "fumus boni iuris", é suficiente ao deferimento da tutela antecipada.

No presente caso, em sede de cognição sumária, diante do vasto acervo apresentado com a exordial, a probabilidade do direito está fartamente demonstrada, seja por meio do procedimento de investigação criminal instaurado pelo MPMG nº 0701.21.000.235-1, do inquérito civil nº 0701.21.000325-0 e sindicância administrativa investigativa instaurada pela Controladoria-Geral do Município de Uberaba nº 01/2986/2021.

Isto porque há fortes indícios de irregularidades quanto ao recolhimento em desfavor dos cofres públicos municipais correspondente ao uso de maquinários agrícolas da Prefeitura de Uberaba.

Evidenciado o "fumus boni iuris", convém destacar que o "periculum in mora" é inerente a própria natureza da ação, isso porque, o próprio ato de lesão ao erário carrega consigo a necessidade de retomada imediata daquilo que lhe foi retirado, no sentido de sempre assegurar o interesse comum do povo.

Além do mais, tratam-se de valores vultosos que chegam ao importe atualizados de R\$474.693,37 (quatrocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e noventa e três reais e trinta e sete centavos).

Ademais, caso o resultado da demanda exija a revogação da tutela, a reversibilidade da decisão, é tarefa extremamente simplista, haja vista que indisponibilidade cessará, da mesma forma que a adveio a restrição judicial.

Ante o exposto, e por tudo que consta da exordial, **DEFIRO O PEDIDO LIMINAR DE INDISPONIBILIDADE**, ante a presença dos requisitos autorizadores:

Defiro os pedidos de bloqueio on-line pelo Convênio SISBAJUD pela modalidade "teimosinha" pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, bloqueio de veículo pelo Convênio RENAJUD e inclusão dos dados dos requeridos perante o Cadastro Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, até o valor limite de R\$ 474.693,37 (quatrocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e noventa e três reais e trinta e sete centavos).

Aguarde-se o prazo de processamento pelos sistemas e, após, vistas as partes acerca das indisponibilidades lançadas.

CITEM-SE nos termos do art. 17, § 7º, da Lei 8.429/1992 e com a advertência constante do art. 344 do CPC/2015.

INTIME-SE o Município de Uberaba /MG, para os fins do art. 17, §14, da Lei 8.429/92, devendo a serventia proceder seu cadastramento como 3ª interessada.

Int. Dil.

Uberaba (MG), *(data da assinatura eletrônica)*.

RÉGIA FERREIRA DE LIMA

Juiz(íza) de Direito

3ª Vara Cível da Comarca de Uberaba